

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discute o projeto de lei instituindo o Conselho da Juventude de Santa Catarina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se às greves que estão acontecendo.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da exoneração do comandante do Corpo de Bombeiros Militar; faz um contraponto ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO NILSO BERLANDA - Manifesta preocupação com o atual momento da economia brasileira e a alta carga tributária que se tem no país.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta os investimentos significativos para Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à convenção política realizada ontem à noite em Joinville.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Reporta-se às dificuldades dos nossos municípios.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à Defensoria Pública do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cumprimenta o secretário da Defesa Civil, Geraldo Althoff.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o tema que trago e esta tribuna trata do interesse da juventude catarinense. Os jovens representam hoje milhões de catarinenses. Por muito tempo, essa considerável parcela da sociedade ficou desamparada de ações governamentais.

Dentro dessa perspectiva, apresentamos aqui nesta Casa um projeto de lei instituindo o Conselho da Juventude de Santa Catarina.

Quando estivemos à frente da Prefeitura Municipal de Concórdia constituímos o Conselho Municipal da Juventude com conferências municipais, inclusive, recentemente houve a Conferência da Juventude promovida pela atual gestão do município, pois entendemos que a

participação da juventude é importante e fundamental.

O objetivo principal deste conselho é ouvir as demandas apresentadas pelos jovens e trabalhar no sentido de otimizar as ações públicas beneficiando esta parcela da população.

O Conselho da Juventude de Santa Catarina, segundo proposição encaminhada, tem por finalidade atuar como fórum legítimo para a discussão de assuntos referentes à juventude catarinense e articular ações governamentais."

Faço um parênteses na minha fala, deputado Padre Pedro Baldissera, para dizer que demos entrada neste projeto e depois a assessoria da nossa bancada nos noticiou que em outras legislaturas v.exa. apresentou também uma proposição semelhante. Portanto, gostaria de unir esforços com v.exa. para que possamos ver aprovada essa proposição, uma vez que é inadmissível que Santa Catarina, um estado que se diz de vanguarda, e de fato é verdade, não possua um Conselho Estadual da Juventude, que o nosso estado está a dever neste quesito.

(Continua lendo.)

"O conselho deverá ter caráter consultivo e deliberativo e seu objetivo será de pesquisar e debater os problemas e as questões de interesse da juventude catarinense.

Composto por uma representação de 40 membros para atender o mínimo de 30 membros da sociedade civil.

Nós não queremos um conselho que seja de órgãos governamentais. É claro que o governo também tem que estar lá representado, mas a representação da sociedade civil precisa estar nesse conselho. E, inclusive, na nossa proposta, nós já enumeramos que sejam 30 membros da sociedade civil.

(Continua lendo.)

"Estamos colocando como atribuições do Conselho Estadual da Juventude de Santa Catarina abrir canais de comunicação aproximando os jovens catarinenses e auxiliando na elaboração de políticas públicas; realizar reuniões regionais

elencando prioridades, apresentando propostas e buscando respostas pontuais das demandas; fazer pesquisas e estatísticas apurando as necessidades de cada região; conhecer das leis e encaminhar aos órgãos competentes possíveis ilegalidades; manter relações com demais instituições juvenis a fim de fomentar a integração e a cooperação entre as ações estaduais.

No estado há movimentos que tratam assuntos ligados à juventude, porém é histórica a falta de uma organização para o encontro de ideias."

Eu quero fazer também referência a um movimento do qual tive a satisfação de participar, e talvez tenha sido um dos primeiros movimentos sociais do qual participei, a Pastoral da Juventude que ainda hoje tem uma presença importante no movimento social, comunitário e popular em Santa Catarina, assim como o movimento estudantil, através de centros acadêmicos, diretórios acadêmicos, centros cívicos em nível dos estudantes não universitários. Enfim, formas como essas. E nós esperamos que esse conselho possa ser um fórum de encontro dessas ideias. Não obviamente que ele vá interferir nessas organizações, porque as organizações sociais e comunitárias têm a sua autonomia e assim devem continuar sendo. Mas o conselho da juventude de Santa Catarina deve ser um fórum de debates e de formulação de políticas públicas para a juventude catarinense.

Defender a não existência de um conselho estadual é dificultar a própria prática da democracia, pois o conselho possibilita a participação social, ouvindo, discutindo e deliberando sobre políticas públicas a serem implementadas.

Já fiz referência ao que temos no Brasil, o Conselho Nacional da Juventude, e esse conselho estadual poderá manter ações articuladas inclusive com o conselho nacional da juventude, ações de políticas públicas de lazer, cultura, trabalho, assistência social, informatização, enfim, das diversas áreas que dizem respeito ao jovem catarinense.

A inclusão digital, já tão em voga nesse momento, também tem possibilidade de ser debatida e organizada com base no conhecimento que o jovem tem e suas reais necessidades.

Então, esses são enfoques que o conselho poderá executar, juntamente com o acesso a programas como, por exemplo, do empreendedor jovem, programas educacionais e programas sociais com incentivos, e também capacitando-os a participarem desses programas.

Esse conselho, portanto, terá a participação nas propostas, inclusive, de mobilidade urbana e na criação de espaços urbanos de lazer, garantindo assim a inclusão da juventude na sociedade.

Portanto, quero reafirmar que através do Conselho da Juventude Catarinense queremos mostrar que todo o processo de melhoria das condições de vida da população com a inclusão dos jovens é mais poderoso quando existe a abertura do diálogo e a participação popular.

Por isso, apresentamos esse projeto de lei, que dispõe sobre o Conselho da juventude de Santa Catarina. Apresentamos aqui aos nobres pares e vamos acompanhar a sua tramitação nas comissões Temáticas, esperando ter a acolhida dos srs. deputados das comissões nos quais ele tramitará, para posteriormente vir a este plenário e podermos aqui aprovar o Conselho da Juventude de Santa Catarina, um espaço, um fórum de debates para os nossos jovens, para debater ações, projetos, que garantam a participação efetiva do jovem na sociedade, o seu desenvolvimento, a sua inclusão.

Também tenho a honra de presidir o Fórum Parlamentar do Esporte, que também estará integrado ao conselho, com certeza, quando for criado, debatendo ações voltadas à juventude de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, debrucei-me sobre um

tema que certamente vem preocupando muitos dos srs. deputados e também as pessoas de uma maneira geral, especialmente aqueles que têm comércio, empresa e aqueles que creditam que o nosso país pode melhorar ainda mais.

Escutamos muito falar da crise na Europa. Escutamos muito, vemos muito e acompanhamos muito as iniciativas do governo para tentar minimizar esse problema que afeta praticamente todas as economias, principalmente dos países emergentes e aqueles já considerados desenvolvidos.

Estamos vivendo no Brasil uma situação muito interessante. Tínhamos o presidente Lula, um ex-sindicalista e nos seus dois governos pouco ou muito pouco vimos, ouvimos e vimos também greves oriundas de sindicatos, de categorias organizadas. Muito pouco se viu falar em greve nos governos de Lula, talvez pelo estreito laço que mantinha com os sindicatos e também pelas polpudas somas que eram encaminhadas àqueles sindicatos enquanto ele era presidente.

Mas no governo da Dilma Rousseff, em que pese ser do mesmo partido, em que pese ser da mesma ideologia, estamos assistindo a uma ação ideológica bastante grande em nível internacional. A sua posição ideológica está muito clara diante dessas iniciativas que o governo brasileiro tem tomado, principalmente na América do Sul. Então, estamos assistindo ao desenvolvimento ideológico e ao aprofundamento ideológico do governo brasileiro.

Na questão econômica a ideia é continuar com um procedimento quase capitalista diríamos assim. No outro campo a ideologia é outra, mas na economia ela é quase capitalista.

Tenho a impressão de que muitos sindicatos, muitos segmentos que também têm ideologias parecidas com a do governo, ou até mais profunda do que a do governo, ou até mais radical do que a do governo, estão querendo mostrar a sua faceta, estão querendo mostrar a que vieram. E tenho a impressão de que isso deve estar preocupando a própria presidente Dilma.

Tenho acompanhado o desencadeamento de uma série de greves no país. Neste momento temos uma greve dos operários da ferrovia Transnordestina, no Piauí; continua a greve dos professores das universidades institucionais de institutos federais; foi desencadeada uma greve de 24h na GM em São Paulo; temos uma greve de professores na Bahia, que já se estende por 93 dias, inclusive com a ocupação da Assembléia Legislativa; temos greve na Eletrobras, na Funai, no Incra. Temos uma operação padrão, que é uma semigreve, dos auditores da Receita Federal. Temos uma greve prestabelecida para começar no dia 25 de julho dos caminhoneiros, e temos uma greve para 20 de julho dos petroleiros.

Durante todos os oitos anos do governo Lula não me lembro de ter visto greve de proporção ou o desencadeamento de greves no país. E isso me passa uma forte impressão, e posso até estar errado, de que tem um fundo ideológico. O sentimento que a gente que está do lado de fora tem é que a turma, o pessoal todo que faz parte deste governo, uma parte dele, não está gostando da forma como está sendo conduzido o governo principalmente em nível econômico, na área econômica.

Não seria possível entender de outra forma, porque estamos vivendo uma crise, estamos vivendo um momento extremamente difícil no mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento por conta das crises desencadeadas, primeiro, nos Estados Unidos em 2008 e, depois, na Europa, agora recentemente. E isso vem se refletindo em todos os mercados, porque o mundo hoje é globalizado, a economia é globalizada.

Com todas as iniciativas que este governo está fazendo, fabricando dinheiro a dar com o pé e jogando esse dinheiro no BNDS, para que ele possa financiar, incentivar a economia em nível de Brasil, mesmo isso de diminuir os juros, que era o que mais se falava neste país, não está dando os resultados que se esperava.

Por conta disso ainda existem muitos ditos contra o governo, que eu diria impróprios, totalmente impróprios. Se fôssemos falar em

sensatez, não é agora a hora para desencadear greves; se fôssemos falar em patriotismo, não poderíamos pensar num momento como esse em termos de greve. O país está tentando se equilibrar, está apertando daqui, incentivando de lá, abrindo mão de impostos e tudo mais para manter o país em ordem. E aí, setores muito vinculados inclusive ao próprio governo desencadeiam greve contra o governo. Isso é no mínimo insensatez ou problemas mais profundos um pouco, que dizem respeito também à ideologia. Não é possível! De outra forma não se entende. Não tem como entender.

A greve da Transnordestina, que é uma ferrovia, um investimento no trecho piauiense de R\$ 1,5 bilhão do PAC, que é do governo, ou seja, o governo está até o pescoço envolvido neste investimento, e a greve estourou lá.

Temos a questão dos docentes das federais. Na proposta apresentada pelo governo, entre outros assuntos, está a redução dos níveis de carreira de 17 para 13, como forma de incentivar inclusive o avanço rápido e a busca por títulos, e o reajuste de 16% a 45%. Mas não aceitaram. Não gostaram.

Olharam para a mãe e não gostaram! Quer dizer, a mãe está tentando dar um incentivo para as crianças, para os filhos, e eles não querem. Estão de mal! E não só eles! Alguma coisa tem atrás disso, que não é só a questão financeira. Alguma coisa tem! Muito provavelmente tem algum desagrado ideológico no meio. Alguma coisa que não está funcionando como deveria ser, porque no tempo do Lula não tinham essas coisas.

O PAC resolvia tudo numa boa, sentava-se, resolvia tudo, abria o cofre, acertava com todo mundo lá, porque eu estou para ver gente ganhar tanto dinheiro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. tem mais 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Senhor presidente, é um momento muito sério, se formos olhar o número de greves que já estão em andamento

neste país, numa hora dessas, numa hora em que todos deveriam ter sensatez antes de mais nada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência suspende a presente sessão até as 15h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela rádio e pela TVAL, queria inicialmente fazer referência à informação que recebi há alguns minutos sobre a exoneração do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, que teria em tese pedido exoneração.

Quero manifestar a nossa posição mais uma vez nesta tribuna pela permanência do coronel Masnik no comando do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Inclusive as informações são de que há descontentamento por parte do governo, pois não estava aceitando reduzir a escala de serviço no Corpo de Bombeiros, porque evidentemente assim estaria reduzindo a quantidade de bombeiros trabalhando para a sociedade.

Essa questão das escalas está relacionada evidentemente ao pagamento de hora extraordinária. Os bombeiros historicamente têm uma escala de 24h por 48h, o que equivale a 240 horas trabalhadas por mês. E desde a decisão da Justiça de que todas as horas trabalhadas devem ser pagas, é evidente que criou alguns gastos adicionais para o governo que estava usando parte dessas horas, 40h, sem a devida retribuição pecuniária.

Então, na base do Corpo de Bombeiros Militar, inclusive, entre o oficialato do Corpo de Bombeiros Militar tem um sentimento unânime de que

o coronel José Luiz Masnik deve permanecer à frente da instituição, bem como mantendo a posição, porque se é fato que falta bombeiros para atender à sociedade, e foi até aprovada uma PEC aqui já que o bombeiro militar não dá conta de trabalhar para o estado inteiro, reduzir as escalas por conta de uma decisão financeira por parte do governo é um absurdo, e a sociedade precisa tomar conhecimento e manifestar-se com relação a isso.

Se essa é a causa, o coronel José Luiz Masnik está cheio de razão. A sociedade não pode ser sacrificada porque o governo não quer pagar as horas extraordinárias que os bombeiros realizam. E isso o governo precisa acertar e aceitar: se segurança pública é prioridade, redução de escalas significa diminuir a quantidade de bombeiros trabalhando a cada dia e hora.

Assim, é um debate que precisa ser feito aqui, até porque existe um movimento na base entre o oficialato e os praças do Corpo de Bombeiros Militar pela permanência do coronel José Luiz Masnik no comando da instituição. E esse é o apelo que fazemos ao próprio coronel, ao secretário da Segurança Pública e ao governador Raimundo Colombo pela permanência do comandante da referida instituição.

Existe outro assunto importante que eu ia falar, mas evidentemente que um minuto e 45 segundos não tem como falar de crise, deputado Silvio Dreveck.

O deputado Nilson Gonçalves falou algumas coisas que poderíamos começar dali e avançar para outras questões.

S.Exa. disse que na época do Lula, nos oito anos que governou o Brasil, não tivemos tanta greve. Mas não é tão verdade assim. Nós tivemos uma greve imensa no começo do primeiro mandato do Lula, no primeiro semestre de 2003, quando o governo Lula colocou na pauta do Congresso Nacional a reforma da Previdência, a primeira da sua época, aumentando inclusive o tempo de serviço e reduziu o teto remuneratório para as aposentadorias. Tivemos uma greve imensa em todo o

serviço público pelo Brasil afora não apenas dos servidores federais, mas também estaduais e municipais, porque aquela reforma prejudicou o conjunto dos trabalhadores do Brasil. Foi uma greve imensa naquele período.

A greve atual é mais ou menos nesse sentido, em virtude da crise que não foi criada pelos trabalhadores, mas que foi criada pelos monopólios internacionais e nacionais do sistema capitalista produtor de mercadorias. E o prejuízo da crise está sendo jogado nas costas dos trabalhadores.

O governo busca medidas que são para ajudar as grandes empresas, novamente, enquanto os trabalhadores continuam tendo direitos arrojados, salários contidos, arrocho salarial. E o governo federal continua falando em mais reforma da Previdência. Ou seja, que os trabalhadores continuem trabalhando por mais tempo ainda do que já foi definido na época da reforma da Previdência, no governo de Fernando Henrique Cardoso e na época do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, a tendência se continuar desse jeito é todos trabalharem até morrer. E é a isso que os trabalhadores estão reagindo, a essas retiradas de direito...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Nilso Berlanda, por até sete minutos, no horário do PSD.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados; quero cumprimentar o grande amigo Vilarinho, ex-diretor da Fesporte, que nos faz uma visita no dia de hoje, aproveitando essa temperatura.

Eu estava ouvindo as palavras do deputado Sargento Amauri Soares, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves. E como deputado representando a indústria de varejo eu não poderia deixar de falar

algumas palavras com relação ao nosso governo federal.

Aos deputados que são do partido do governo federal eu gostaria de dizer que o governo federal passa por um momento ímpar, um momento importante, mas um momento preocupante. E quero afirmar aqui como varejista que esses atos do governo federal baixando o IPI da linha de móveis e dos materiais de construção são muito válidos para aquecer o consumo neste momento em nosso País. Mas ao mesmo tempo existe uma grande preocupação em relação à inadimplência no Brasil.

Nós passamos por um momento em que a classe "c" e "d" estão comprando mais. A família que não tinha televisor está comprando um televisor; a família que possuía um televisor 14 polegadas está comprando uma TV 29 polegadas; a família que não tem casa está comprando uma casa; a família que não tinha veículo está conseguindo comprar o seu veículo. Mas infelizmente, deputado Moacir Sopelsa, o endividamento da família brasileira está cada vez maior. E isso me preocupa, porque na Europa, nos Estados Unidos, houve uma quebra total devido ao endividamento. Lá financiavam a casa que moravam para ter dinheiro no bolso, e aqui no Brasil está se financiando a casa para poder ter a casa. Mas infelizmente, o Sérgio Medeiros, presidente da Federação do Comércio Lojista, com quem eu conversava na semana passada, passou-me que o endividamento dos lojistas de Santa Catarina sobe a cada dia que passa, e tenho exemplo dentro de casa.

Então, quero que todos reflitam neste momento. O que adianta o consumo estar em alta, o que vai acontecer?

Ontem, à noite, deputado Moacir Sopelsa, na Câmara dos Deputados aprovaram uma lei de redução dos impostos, se não me engano do INSS. E não sabemos ainda qual o índice e como vai ficar, parece que hoje seria a sequência da votação.

A carga tributária no Brasil infelizmente é muito alta. Não geramos mais empregos, porque é insuportável; não se consegue dar mais empregos. Somos obrigados a voltar ao tempo antigo, quando o

varejista, o comerciante, a indústria, reduzia a capacidade, o tamanho do seu negócio, tinha medo de dar emprego, porque não tinha como pagar os impostos. Essa é uma grande preocupação. E aí se vê aquele lojista que possuía dois estabelecimentos ou um grande comércio reduzindo e infelizmente não tem como dar emprego para a população que precisa.

Estou mostrando a minha preocupação com o momento que o país passa. Podem reduzir mais ainda os impostos. E faço um apelo. Certamente terá que vir a reforma tributária, é uma ansiedade da população, do Brasil inteiro. Já passou o governo Lula, estamos em plena metade do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, que vem fazendo algumas mudanças, algumas reduções, mas precisamos definitivamente fazer a nossa reforma tributária.

Por isso, fica aqui a minha preocupação como representante dos empresários no sentido de que imediatamente sejam feitas reduções, pois caso contrário teremos um Brasil endividado e certamente com grandes problemas, a exemplo de outros países.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilso Berlanda, v.exa. está coberto de razão, porque é muito fácil comprar, mas depois vem o compromisso de honrar os pagamentos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, estamos no linear, deputado Silvio Dreveck, líder progressista, de uma monta de investimentos significativos para Santa Catarina jamais visto na história deste estado.

Evidentemente que reconhecemos e aplaudimos a ação efetiva do governo do estado de fazer o seu

dever de casa. E não se trata de recurso a fundo perdido, mas sim de um financiamento. Aliás, alguns integrantes do governo federal insistem em dizer que é uma medida compensatória, quando na verdade posso aqui afirmar que nos últimos quatro anos, deputado Dado Chereim, o governo do estado contribuiu com os cofres da nação com mais de R\$ 52 bilhões.

Então, nada mais do que justo uma situação dessas, em que pelo menos R\$ 3 bilhões, parte dos cinco e poucos bilhões de reais destinados a todos os segmentos e áreas de investimento do estado, serão para uma espécie de um rotativo, em que os programas serão elencados e liberados principalmente para a infraestrutura; à medida que os projetos de recuperação, de restauração ou os novos projetos forem liberados ambiental e tecnicamente, passam a fazer parte desse escopo, desse chapéu, gerando uma carência de até sete anos, em 20 anos para pagar.

Evidentemente que precisamos sincronizar essas ações, e o governo está fazendo com muita propriedade, através desse pacto catarinense, reunindo todos os setores de governo, capitaneado pelo coordenador desse núcleo, dr. Murilo Flores, que vai sincronizar, interagir com as mais variadas e respectivas pastas, a fim de potencializar, da melhor forma possível, as ações, implementando com isso o *start* da economia catarinense.

E se fizermos uma boa aplicação desse recurso, poderemos multiplicá-lo, talvez, em R\$ 10 bilhões, R\$ 20 bilhões ou R\$ 30 bilhões, aquecendo, evidentemente, as vertentes prioritárias que fortalecem a economia de Santa Catarina.

Gostaria, sr. presidente, de manifestar, através desta tribuna, a minha satisfação de poder capitanear uma emenda modificativa que foi apresentada às comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça desta Casa, aprovada por unanimidade, que dá direito a uma demanda reprimida no estado de Santa Catarina de pessoas portadoras de deficiência mental severa com incapacidade total para o trabalho, em que o

estado, hoje, contribui com uma ajuda de custo de R\$ 548,00. Evidentemente que é um recurso muito aquém daquilo que se almeja e se deseja, mas é uma quantia que faz a diferença para essas famílias que têm em seu meio uma pessoa com esse tipo de deficiência.

Tenho dito sempre que Deus dá o fardo para quem pode carregar, mas é muito triste ver uma família... E tivemos a oportunidade de escutar, através da audiência pública que foi realizada nesta Casa, um relato de uma mãe que tem três filhos deficientes mentais severos, com incapacidade para o trabalho. Vocês podem imaginar a situação difícil, sr. presidente, que passa um pai e uma mãe que têm um filho acometido dessa doença.

Por isso, encaminhamos essa emenda que dará condições a toda família com renda familiar até dois salários mínimos, ou seja, chegando a 1,99 salários, mas quando chegava a dois salários mínimos a família perdia o direito e esse benefício. Então, estamos fazendo a adequação a essa lei, possibilitando que aproximadamente 1.400 famílias no nosso estado possam acessar esse tipo de recurso.

Como disse anteriormente, claro que é um valor pequeno, mas penso que com essa medida estaremos promovendo uma verdadeira inclusão social, justiça, que é a vertente deste governo, ou seja, as pessoas em primeiro lugar. E isso, com certeza, fará diferença no dia a dia das famílias.

Tive oportunidade de ouvir o relato de uma família do oeste, que tem uma mãe, com 98 anos, com doença mental severa. Imaginem uma pessoa com praticamente cem anos de idade, ou seu tutor, se não tiver esse mínimo de recurso para seu sustento, o que poderá fazer para viver? Por essa razão, entendo ser extremamente pertinente essa emenda.

Agradeço aos membros das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça pelo entendimento. Tenho certeza e convicção da sensibilidade dos demais pares desta Casa, mesmo porque já é um entendimento do próprio governo e

do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, assim como do secretário de Administração Milton Martini, que participou conosco da reunião da comissão da deputada Luciane Carminatti, com a presença também do presidente da Fundação Catarinense de Ensino Especial e o representante da Federação das Apaes, quando pudemos ouvir o relato de várias pessoas, de vários familiares que têm no seio da sua família um ente acometido de doença com incapacidade mental severa, incapaz para o trabalho.

Por esta razão, sr. presidente, tenho convicção de que esse projeto adentrará a esta Casa através dessa emenda modificativa e que teremos, com certeza, a aprovação dos srs. deputados. E espero que possamos, após a aprovação, encaminhá-lo ao governador do estado para sua sanção e que posteriormente possa colocá-lo efetivamente em prática para amenizar o sofrimento dessas famílias acometidas por essa doença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, quero dar as boas-vindas ao deputado médico e parabenizar também o deputado Valter Gallina que estão neste momento atuando como deputados nesta Casa.

Hoje quero me referir à grande convenção política realizada ontem à noite em Joinville, quando estiveram presentes os senadores Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner, o deputado federal Mauro Mariani, o sr. Udo Döhler, que é o candidato a prefeito de Joinville, juntamente com o vice, o Coelho; tivemos também a presença de vários candidatos e candidatas a vereador, juntamente com a militância do PMDB. Uma

militância que nos deixou contagiados, pois é forte, unida e, principalmente, com muita vontade e determinação, sinal característico do PMDB.

Quero dizer a vocês que essas convenções mostram o caminho que cada candidato traça para o seu município. Udo Döhler nos mostrou ontem que vai traçar o caminho da honestidade e o de cuidar de cada centavo do dinheiro dos munícipes, para que ele seja bem aplicado na administração pública.

Gostaria de parabenizar o entusiasmo de Udo Döhler e desejar a ele uma grande eleição.

Parabéns, Udo Döhler!

Gostaria, ainda, de referir-me ao planalto norte onde várias convenções estão sendo realizadas, mais especificamente no município de Canoinhas, onde temos, deputado Moacir Sopelsa, a tríplice aliança, ou seja, o apoio do PSDB, PSD, PMDB, PR. Portanto, temos certeza de que os governantes do estado estarão presentes em nossa cidade para contribuir com o seu apoio.

Também temos a satisfação de informar à comunidade catarinense, ao planalto norte, que no dia 10 de agosto estaremos realizando o Fórum das Cirurgias Eletivas, que ocorrerá no município de Canoinhas, onde estarão presentes todas as secretarias municipais de Saúde da região para relatar todas as cirurgias eletivas que estão acontecendo. A nossa proposta, como médico ortopedista, é marcar uma reunião com a secretaria da Saúde e o corpo clínico de cada município, porque cada um deles possui uma característica específica que deve ser discutida, esmiuçada e conversada separadamente.

Temos certeza que iremos chegar a um grande denominador comum para aumentar o nível de cirurgias eletivas no planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, pelo tempo restante do PMDB.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomo a esta tribuna para falar sobre uma grande preocupação com o nosso estado de Santa Catarina. Já tivemos a oportunidade de administrar um município durante oito anos e sabemos o quanto é difícil realizar o básico quando não há recursos suficientes para tanto. E quando estamos na governança de um município, que não é diferente da governança de um estado, deputado Elizeu Mattos, v.exa. que logo terá uma missão dura de governar um município, sabemos que o administrador precisa lançar mão de vários artifícios para fazer com que a vontade do seu povo seja atendida.

Dito isso, gostaria de dizer que vejo uma preocupação muito grande por parte dos nossos governantes com as finanças do estado, adotando, inclusive, inúmeras atitudes com o objetivo de reduzir gastos e despesas para cumprir o compromisso assumido com o povo catarinense na eleição passada.

E vemos que com todo esse esforço que o governo do estado vem lançando, através dos seus secretários e colaboradores, não se consegue, na sua plenitude, os recursos suficientes para fazer cumprir toda essa meta de trabalho que é plataforma de governo estipulada por Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Ao contrário disso, percebemos também as dificuldades dos nossos municípios em todo o estado. Lembro-me bem da primeira marcha dos nossos prefeitos a Brasília, com o intuito de modificar a repartição do bolo arrecadado em nosso país. Vejo que de lá até então pouco se avançou nesse sentido. Hoje os municípios estão aí administrando todos os seus compromissos. Da fatia que se arrecada para este país, em torno de 15% retornam para o município, 25% para os nossos estados e a grande fatia fica com o governo federal.

Quando falamos de impostos, e evidentemente eu comungo disso, ninguém aceita que se crie novos impostos. Aí perguntamos como é que vamos administrar a máquina pública, se não tivermos uma

fonte para suplementar aquilo que falta, hoje, para atender o básico, que é o dia a dia do nosso povo?

Quando percebo as discussões que estão sendo trazidas para esta Casa, principalmente nesse momento em que está aqui tramitando a lei que cria a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, aí eu me arrepio ainda mais porque sei das dificuldades que o governo vem passando para cumprir esse básico que citei há pouco, que é levar saúde ao povo catarinense; que é levar condições de educação; que é pensar num salário justo para os nossos professores do estado de Santa Catarina - e somente não se concede mais porque não se tem dinheiro para isso -, que é fazer melhorias na infraestrutura viária de todo nosso estado. E por aí afora vão as necessidades, como penitenciárias a serem construídas e presídios.

Aí estamos aqui na discussão da implantação da Defensoria Pública sem analisar o estado de Santa Catarina de forma macro. Estamos analisando de forma segmentada um problema. É claro que temos que cumprir o que determinou o STF, e o governo catarinense vai cumprir. Mas entendo que, frente às dificuldades financeiras, está sendo feito um malabarismo danado por parte do governo para poder honrar os compromissos. E entendo que o projeto precisa ser aprovado. Precisamos criar a Defensoria Pública, mas não nessa estrutura tão grande. Eu entendo que seis Defensorias Públicas nesse momento para o estado de Santa Catarina, usando-se de pólos estratégicos de nosso estado, seriam suficientes nesse primeiro momento para entendermos, logo lá na frente, se o projeto foi acertado na sua plenitude. Porque de nada adianta criarmos uma mega estrutura, se não vamos ter condições de atender àquilo a que realmente se destina essa norma, que é dar condições de poderem ser representadas em juízo, ou administrativamente, as pessoas menos favorecidas de nosso estado.

Hoje a OAB vem prestando um trabalho de excelência. E não vamos somente falar na OAB.

Vamos citar também universidades, que estão prestando esse serviço também de forma gratuita. E vamos lembrar que com advogados trabalhando lá nos pequenos municípios do nosso estado de Santa Catarina temos a oportunidade de levar a assessoria jurídica às pessoas que mais necessitam, que lá moram e que estão distantes dos centros da cidade. Temos que manter esse modelo no meu ponto de vista.

Cria-se a Defensoria Pública de uma forma geral, mas se repassa essa atividade base lá para aqueles que já estão exercendo essa função: OAB e universidades do estado de Santa Catarina. E com isso ganhamos todos nós. Ganham os que mais necessitam, porque vão ter assessoria jurídica mais próxima de si, e ganha o estado de Santa Catarina, que, por um custo bem menor, poderá atender ao que determina a legislação, sem fazer com que a máquina estatal inche ainda mais e prejudique outros setores, a exemplo da saúde e educação. Porque esse recurso vai ter que sair do caixa-geral do estado, e o poder de investimento de Santa Catarina já é pequeno. Se, hoje, temos dificuldades para honrar o compromisso com a OAB, que fica na casa de R\$ 2 milhões por mês, o que vamos falar à sociedade catarinense? Que estaremos criando uma estrutura que poderá utilizar-se de mais de R\$ 3 milhões por mês. Então, isso é muito preocupante.

E o que mais me preocupa ainda é quantas pessoas poderão ser atendidas nessa estrutura que vamos criar agora. Hoje temos em cada município mais de um advogado que presta assessoria gratuita, conforme determina a legislação, para as pessoas que mais necessitam. Mas do contrário, quando criarmos a estrutura da Defensoria Pública, de que forma vamos prestar esse serviço à nossa comunidade? Será que teremos profissionais suficientes para atender a todo estado de Santa Catarina da forma como está sendo feito hoje?

Sei que não devo comungar com a idéia de muitos colegas deputados, mas é preciso conseguir fazer justiça com as pessoas que mais precisam,

com os municípios mais distantes dentro do estado de Santa Catarina.

Se o modelo servir com seis, depois se amplia, se põe a estrutura necessária. Mas a princípio, sr. presidente, vejo que com seis Defensorias Públicas criadas, no sul, na grande Florianópolis, no norte do estado, Lages, Blumenau e Chapecó, com certeza poderemos dar um norte a todo esse processo, na forma como vai funcionar de agora em diante. E se o processo for de forma a atender as necessidades das pessoas que mais necessitam, daí sim concordo em ampliar mais.

(MUITO OBRIGADO)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. Deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou continuar um pouco mais nesse debate da Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, dizendo inicialmente que tenho dúvidas e que me preocupo de que façamos uma mudança e que essa mudança possa ser pior aos catarinenses. Não me refiro ao projeto de lei que abordarei em seguida, mas falo de uma forma geral, porque é preciso ter a Defensoria Pública, sim, é preciso, e defendemos isso.

Agora, tenho a preocupação de que a dificuldade do acesso à Justiça para os mais necessitados pode ficar mais difícil. Não em alguns casos talvez de repercussão, os casos que vão para os jornais etc., mas o dia a dia daquele cidadão que de fato precisa de um advogado.

Então, a nossa preocupação é que essa implantação não fique pior do que vem sendo, porque funcionamos razoavelmente bem em Santa Catarina, mas temos a preocupação de que devemos melhorar.

Então, tenho sempre olhado com certa preocupação a forma de como vai se criar a Defensoria Pública. E o projeto que veio para

esta Casa, na sua forma original, deixa, no meu entendimento, muito a desejar. Tanto é que fizemos uma série de emendas. Agora, quero reconhecer aqui, deputado Nei Ascari, v.exa. que foi relator na comissão de Justiça, que o seu relatório melhora e muito o projeto original que veio para cá.

Não quero dizer que não possamos continuar tendo alguns pontos ainda críticos, mas entendo que as emendas que v.exa. incorporou, de sua autoria, ou aquelas também que de uma forma ou de outra que nós deputados também tínhamos apresentado, v.exa. acatando as emendas, ou considerando no seu bojo aprovadas, fez com que tenhamos um alento maior para a Defensoria Pública. Quem sabe possamos realmente caminhar para um sistema melhor do que aquele que temos hoje, porque esse é o nosso desafio. Porque se é para mudarmos alguma coisa para criar uma estrutura, novos recursos, novos cargos e ficar pior para o cidadão catarinense, então nós todos sairemos frustrados desse processo. E a nossa preocupação é que melhore isso. E nesse sentido há uma série de dispositivos acatados que vão dar maior, vamos dizer assim, consistência ao projeto.

Eu queria inclusive, deputado Mauro de Nadal, discordar até da sua colocação sobre a redução de regionais da Defensoria Dativa. E até acho que o ideal é que pudéssemos ter de imediato em cada comarca um defensor dativo. Mas talvez não seja possível, logo de cara, ter isso tudo, até pela estrutura, mas seria o ideal. Então, criar regionalmente, pelo menos nas microrregiões, um defensor público. Ele estará, conforme conversávamos aqui informalmente com o deputado José Nei Ascari, mais próximo, inclusive para poder supervisionar os trabalhos, porque ele não vai conseguir fazer tudo. Se é que vai ter esses convênios, fiscalizar efetivamente esses convênios, ver se o cidadão realmente está sendo bem atendido.

Fico imaginando, na macrorregião oeste, a nossa, deputado Mauro de Nadal, lá em Chapecó, um defensor dativo. E lá em Caçador não funcionando

bem, quem quiser poderá ir a Chapecó para encontrar esse defensor ou quando ele tiver que se deslocar para supervisionar isso.

Entendo a questão das estruturas, mas a defensoria pública vai ter que estar, com os anos, presente em todas as comarcas. Se não mudar essa linha, é um caminho sem volta.

Então, a ampliação que deu o relator... E nós propusemos também aqui emendas incluindo municípios, incluimos inclusive Concórdia. Deputado Nilso Berlanda, v.exa. que defende Curitibanos não estava aqui quando entrou, mas apresentamos emendas. E v.exa. tão logo veio para cá já passou a defender também Curitibanos. E o relator acabou acatando isso até mais ampliado, colocando em cada uma das microrregiões um polo da Defensoria Dativa.

Acho que isso é um ponto que nos tranqüiliza um pouco mais a respeito dessa situação. Agora, já deveríamos pensar que existem casos importantes de defesa de direitos, de gênero e outras questões de pessoas presas que precisam da Defensoria Pública não só nos casos que dá imprensa, não só nos casos que dá matéria em jornal. E vamos pensar no cidadão do dia a dia, naquele que está diariamente enfrentando um problema e que precisa de um advogado. Com esses é que temos que nos preocupar.

Deputado José Nei Ascari, digo e repito, seu relatório melhorou e muito. E na comissão de Finanças não sei se teremos tempo ainda de analisar ou se o presidente trará já para a votação em plenário. Poderíamos até aperfeiçoar alguma coisa ainda, mas já fico mais tranqüilo em relação ao que era originalmente pelo relatório que v.exa. apresentou. E não vamos dizer que não tenhamos pontos a divergir, mas melhorou, com certeza, em relação ao projeto original.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Quero cumprimentar v.exa. pela fala deste tema que é extremamente importante para Santa Catarina. Estou convicto de que vamos entregar à sociedade

catarinense um bom modelo de Defensoria Pública. Um modelo que foi melhorado, reforçando aquilo que v.exa. está falando neste momento, na tribuna. Melhorado em função das sugestões colhidas nas várias reuniões realizadas, sobretudo nas audiências públicas nesta Casa. Inclusive mantendo a possibilidade de realização de convênios com instituições para garantir a universalidade do atendimento à sociedade catarinense.

Por isso, tenho certeza de que com a evolução e a melhoria da proposta, repito o que eu disse, vamos entregar a Santa Catarina um modelo interessante, bom, que vai garantir assistência judiciária gratuita à população carente do nosso estado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero parabenizar v.exa. pelo que fez para produzir esse relatório, inclusive tirando o dispositivo que limitava no primeiro concurso apenas 20 defensores. Se concursamos 20, um vai ser o chefe, outro o subchefe, outro tem ouvidoria e talvez outro já peça licença para fazer um aperfeiçoamento. E daqui a pouco teremos muito poucos que efetivamente vão fazer a função.

Entendo a preocupação do estado sob o ponto de vista das estruturas e dos gastos. É verdade, deputado Mauro de Nadal, temos que repensar algumas estruturas, inclusive de ação, de funcionamento, às vezes de estruturas, como as próprias secretarias regionais.

Esse debate tem que ser feito de forma tranquila, saudável, porque precisamos ter maior capacidade de investimento. O estado tem que ter recurso para investir mais em saúde, educação, rodovias, infraestrutura, mas não podemos deixar de assistir ao cidadão catarinense.

Não podemos deixar aquele que precisa da assistência judiciária, aquela que precisa de advogado, às vezes advogado para uma questão essencial para ele, para a família, para um filho, para uma criança, para uma mulher, enfim, para qualquer cidadão que precise e que não tenha condições financeiras de arcar com esses serviços jurídicos. Às vezes, é a própria vida da pessoa

que está ali correndo risco, e ele precisa da assistência judiciária.

Então, ainda vamos travar mais alguns debates sobre isso antes, certamente, da votação final. Entendemos e reconhecemos o esforço do relator, do acatamento de algumas emendas apresentadas inclusive por nós, por nossa bancada.

Esperamos que possamos, de fato, aperfeiçoar mais ainda e fazer um projeto que possa ajudar a melhorar a situação daqueles que precisam ter um acesso à Justiça e que nem sempre conseguem, por falta de recursos, por falta de condições.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente!

Minha saudação e também o meu agradecimento ao nosso líder, deputado Dado Cherem, que hoje me concede o tempo do partido.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos os presidentes de partido dos 295 municípios, e nesta eleição passaremos a ter 295 prefeitos, pela inclusão da Praia do Rincão e de Pescaria Brava.

Saúdo todos os presidentes de partido que, neste momento, no mês de julho, agosto e setembro, além de estarem agora, estão organizando o partido, preparando as eleições, encaminhando a nominata dos candidatos a vereador, prefeito, vice-prefeito. E tudo isso significa, sem dúvida nenhuma, benefício a toda sociedade.

A sociedade tem melhorado, o país tem melhorado, graças à participação de todos nós, das pessoas, no processo eleitoral e, depois, no encaminhamento das prioridades, da solução, enfim, de todos os problemas que são levados das comunidades para as Câmaras de Vereadores, para as prefeituras, para o governador.

Portanto, devemos lembrar a toda sociedade da importância deste momento em que vamos escolher os nossos representantes para a Câmara de Vereadores, para prefeito e para vice.

Se há algum tempo a má conduta de alguns desmereceu muitas vezes o bom nome do político, seguramente nós, todos os dias, vemos gente que se deu bem, que se dá bem nos seus negócios, como líder comunitário, como líder na igreja, como líder frente a um sindicato. Então, que venha se somar aos homens bons, às pessoas de boa vontade e venha participar como candidato, estimulando a candidatura de outras pessoas.

Só sendo vereador, deputado, prefeito para de fato conhecer as reais necessidades das pessoas, conhecer o tamanho do poder, os limites do poder. E estando dentro dessas limitações também ganhará uma grandeza melhor dentro de toda sociedade.

Por isso, quero, em nome do PSDB, cumprimentar primeiramente todas as lideranças, os presidentes dos partidos, os candidatos a prefeitos, a vereador. E quero saudar os líderes dos outros partidos, cada qual competindo nas eleições e mostrando o que poderá fazer de melhor para a sociedade, dando suas sugestões. Naturalmente essas sugestões passam a ser incorporadas por todas as pessoas e principalmente por aqueles que ganham a eleição e que terão o compromisso de tentar realizar o projeto que apresentaram para a sociedade. Também grande parte do projeto, das boas intenções dos outros candidatos que se apresentaram na eleição, será incorporada por aqueles que ganharem o pleito e transformadas lentamente em ações.

Lembro-me quando era acadêmico de Medicina, quando participava de movimentos estudantis, que levava sugestões ao governo, à prefeitura, à Câmara de Vereadores, trazia a esta Assembleia, e também alguns anos depois como vereador, como deputado.

Então, no momento em que sugerimos encaminhamentos ou que as pessoas, como candidatos ou participantes da eleição, levantam sugestões, estamos promovendo o movimento democrático e a

incorporação disso por aqueles que ganham a eleição.

Em segundo lugar queria ainda cumprimentar o ex-senador e agora secretário da Defesa Civil, dr. Geraldo Althoff, que se tem preocupado com as questões de defesa civil, principalmente as enchentes e os efeitos das secas. E atualmente tem-se empenhado muito em encaminhar projetos para esta Casa, para a minimização dos efeitos das enchentes no vale do rio Itajaí-Açu e no vale do rio Itajaí-Mirim. E tem tido a aprovação desta Casa.

É vontade do governador fazer investimentos importantes nessa área, mas é necessário um entusiasta como o dr. Geraldo Althoff, que também é conhecedor, que tem aproximado pessoas de boa vontade para elaborar projetos e encaminhar a sua implantação, para que nos próximos anos tenhamos mais segurança na questão das enchentes neste estado, onde têm acontecido grandes catástrofes. E seguramente, com esses investimentos que estão sendo encaminhados, os efeitos daqui para frente serão menores.

Meus cumprimentos e agradecimentos especiais ao dr. Geraldo Althoff que tem encaminhado isso muito bem. Tenho certeza de que esta Casa vai aprovar os seus encaminhamentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos suspender a sessão por alguns minutos até que possamos às 16h iniciar a Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência informa aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que iremos votar matérias que dependem de quórum qualificado, por isso solicito a todos que venham até o plenário para podermos deliberar as matérias.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou

parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0249/2012 e 0471/2010, todos de entidade social, solicitando alteração de lei manutenção do título; 0562/2011, encaminhando documentação e solicitando elaboração de projeto de lei que declare utilidade pública.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0086/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e a de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0199/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.450, de 2011 (denomina rodovia).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0253/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro de consumo global e por unidade autônoma de água nas

edificações prediais verticais e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0579/2011, de autoria da bancada do PT, que institui o Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0215/2012, de origem governamental, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.0000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foram apresentadas duas emendas modificativas e uma aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei 0242/2012, de origem governamental, que revoga o Decreto n. 30.081, de 1986, que autoriza a doação de imóvel no município de Jaraguá do Sul. (Sociedade Beneficente Obreiros de Jaraguá do Sul)

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0197/2012, de origem governamental, que altera o Anexo Único da Lei n. 14.593, de 2008, que autoriza a concessão de uso remunerado de espaços físicos de imóveis pertencentes ao estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2010, de autoria do deputado Romildo Titon, que altera a Lei n. 1.326, de 1955,

que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Franciscanas de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0007/2012, que altera os Anexos III-B, III-C e IX-D da Resolução n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa, que cria as funções para as comissões criadas para a Infância e a Adolescência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei Complementar n. 003/2012, que modifica os artigos n.s 57, 59, 104 e 124 da Constituição do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, pergunto se poderíamos aprovar os duas juntos amanhã, tanto o PL 16 quanto a Emenda Constitucional 003, porque o tema é o mesmo. Então poderíamos fazer o debate amanhã e votarmos juntos as duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pode! Perfeito! Eu acho absolutamente pertinente se todos concordarem.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirado de pauta o Projeto de Lei n. 0016 e a Emenda Constitucional n. 0003, para serem votadas juntas amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do projeto de Lei Complementar n. 0018/2012, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Ao presente Projeto foi apresentada Emenda Modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "Sim", aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR

sim

DEPUTADO CIRO ROZA

sim

DEPUTADO DADO CHEREM

sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Está encerrada a votação.

O exmo. sr. presidente Gelson Merisio acatou as declarações dos srs. deputados Manoel Mota, Edison Andrino, Silvio Dreveck e Dirce Heiderscheidt pelo voto favorável a este projeto, fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 28 votos sim.

Temos 28 votos "sim".

Está aprovado o projeto.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, a minha dúvida sobre esse projeto é que altera o salário dos intérpretes do Tribunal de Justiça. É esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não! Esse reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

O que trata do intérprete é o PLC n. 0019 que dispõe sobre os atos de tradutor e intérprete.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, esse é outro que vai ser votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Então esse é o reajuste anual do Tribunal de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente! Esse é a aplicação dos índices de correção acordados em acordo coletivo.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a redação da tabela "x" da Lei Complementar n. 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 161, de 1997, que dispõe sobre o valor dos atos do tradutor e do intérprete.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Solicito a abertura do painel eletrônico.

A votação será nominal.

Votando "sim" aprovam a matéria, votando "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho os resultados.

Votaram 28 deputados.

Temos 28 deputados "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão, e convoca outra, extraordinária, às 16h11, para votarmos as matérias em segundo turno.

Está encerrada a presente sessão.